



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
NOTA TÉCNICA Nº 5/2025/SEFIN-COTES

RELATÓRIO TÉCNICO CONTRATO INTERMEDIACÃO DE NEGÓCIOS – GERENCIAMENTO DE FROTA - 0042.001608/2025-21

1. INTRODUÇÃO

Aportou nessa Coordenadoria do Tesouro Estadual- COTES/SEFIN solicitação de manifestação sobre o fato gerador, aplicação da alíquota da retenção de Imposto de renda bem como os procedimentos de retenção e recolhimento do tributo nos pagamentos ao contribuinte por fornecimento de bens e serviços.

Inicialmente, é pertinente salientar que a competência para a retenção do imposto de renda na fonte está fundamentada no art. 64 da Lei Federal nº 9.430/96:

Art.64. Os pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações da administração pública federal a pessoas jurídicas, pela fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, do imposto sobre a renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para seguridade social ☐ - ☐ COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP.

§1º A obrigação pela retenção é do órgão ou entidade que efetuar o pagamento.

[...]

§3º O valor do imposto e das contribuições sociais retido será considerado como antecipação do que for devido pela contribuinte em relação ao mesmo imposto e às mesmas contribuições.

Competência esta, consubstanciada no art. 2-A da Instrução Normativa nº 1.234/12 da Receita Federal do Brasil:

Art. 2º-A Os órgãos da administração pública direta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive suas autarquias e fundações que instituírem e mantiverem ficam obrigados a efetuar a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil. ☐

No âmbito do Estado de Rondônia, a Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN/RO é responsável por disciplinar os procedimentos de retenção e recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme decreto estadual nº 27.546/22:

Art. 2º A forma de retenção, recolhimento e restituição do Imposto sobre a Renda será determinada por ato administrativo a ser emitido pela Secretaria de Estado de Finanças - Sefin.

Art. 2º-A Compete à Sefin:

I - definir, disciplinar e orientar os procedimentos de retenção, recolhimento e restituição de Imposto sobre a Renda, nos pagamentos realizados conforme o art 1º, bem como os casos de repetição de indébito e de dispensa de retenção;

II - instruir e orientar o preenchimento dos demonstrativos enviados à Receita Federal do Brasil, das retenções de Imposto sobre a Renda realizadas no exercício;

III - monitorar periodicamente o cumprimento da obrigação tributária de retenção do Imposto sobre a Renda na fonte pelos órgãos e entidades estaduais;

IV - elaborar relatórios de gestão da retenção de Imposto sobre a Renda, evidenciando os casos de descumprimento da obrigação tributária e de renúncia de receita; e

V - deferir os casos de não incidência, imunidade e isenção tributária, quando for necessária análise do caso concreto para fruição do benefício fiscal, em especial aos rendimentos de trabalho assalariado.

A instrução Normativa nº 34/25/COTES/SEFIN disciplina a retenção e recolhimento do IR no âmbito do Estado de Rondônia.

2. DA ANÁLISE

Trata-se de contratação de empresa de intermediação de negócios de sistema de gerenciamento de frotas cujo objeto detalhado da contratação consta no termo de referência 0058086875, da seguinte forma:

Contratação de empresa especializada em Sistema de Autogestão de Frota, de maneira contínua, para realizar o gerenciamento, controle e credenciamento de rede especializada em manutenção preventiva e corretiva de veículos, por meio de sistema informatizado.

E

Os serviços de manutenção descritos neste termo de referência, assim como o fornecimento de peças, acessórios e materiais, deverá ser realizado por meio de uma rede credenciada, que inclui oficinas multimarcas, centros automotivos, lojas de autopeças e concessionárias.

Os serviços a serem contratados serão remunerados da seguinte forma:

Os serviços de Gerenciamento do Sistema de Autogestão de Frota serão remunerados por meio de uma "taxa de administração."

Durante a reunião de apresentação da empresa interessada no certame, foi-nos apresentado os informativos a seguir:

- **Relatório de retenções:**

MODELO PADRÃO RETENÇÕES MANUT.xlsx

1 / 1 | - 300% + |  

R\$	12.416,07	R\$	20.438,89	R\$	534,09	R\$	-	
PEÇA	VALOR BRUTO	OBTANTE SIMPLES	TIPO ENTIDADE	RET. FEDERAL	RET. ISS	UNIDADE	SUBUNIDADE	EMPENHO
R\$ 5.191,58	R\$ 10.321,58	NÃO	MUNICIPAL	R\$ 308,54	R\$ -	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CONVÊNIO Nº 585-2024-PGE-DERADM-FITHA	2714-2024
R\$ 5.229,49	R\$ 8.122,31	NÃO	MUNICIPAL	R\$ 201,61	R\$ -	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CONVÊNIO Nº 585-2024-PGE-DERADM-FITHA	2714-2024
R\$ 1.995,00	R\$ 1.995,00	NÃO	MUNICIPAL	R\$ 23,94	R\$ -	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CONVÊNIO Nº 585-2024-PGE-DERADM-FITHA	2712-2024

- | | | | | | | | | | | | |
|---|--|---------------------------------|--------------------------------------|--|---|--|--|-------------------------|-----------------|--|--|
|  | UZZIPAY ADMINISTRADORA DE CONVENIOS LTDA
Endereço: AVENIDA SETE DE SETEMBRO, 2489
NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
PORTO VELHO
CNPJ: 05.884.660/0001-04
Email: no-reply.financeiro@uzzipay.com | | 76604-141
RO
Fone: 69 32169553 | | FATURA

Nº 5563

Emissão: 05/02/2025 | | | | | | |
| | DESTINATÁRIO

<table> <tr> <td> Razão Social/Nome Cliente
 MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA

 Endereço
 AVENIDA JOAO PESSOA, Nº 4478 - CENTRO

 Cidade
 ROLIM DE MOURA </td> <td> CNPJ/CPF
 04.394.805/0001-18

 Bairro
 AVENIDA JOAO PESSOA, Nº 4478 - CENTRO

 Inscrição Estadual </td> <td> CEP
 76940-000 </td> <td> UF
 RO </td> </tr> </table> | | | | | Razão Social/Nome Cliente
MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA

Endereço
AVENIDA JOAO PESSOA, Nº 4478 - CENTRO

Cidade
ROLIM DE MOURA | CNPJ/CPF
04.394.805/0001-18

Bairro
AVENIDA JOAO PESSOA, Nº 4478 - CENTRO

Inscrição Estadual | CEP
76940-000 | UF
RO | | |
| Razão Social/Nome Cliente
MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA

Endereço
AVENIDA JOAO PESSOA, Nº 4478 - CENTRO

Cidade
ROLIM DE MOURA | CNPJ/CPF
04.394.805/0001-18

Bairro
AVENIDA JOAO PESSOA, Nº 4478 - CENTRO

Inscrição Estadual | CEP
76940-000 | UF
RO | | | | | | | | |
| CONTRATO <table> <tr> <td>Número</td> <td>PAGAMENTO</td> <td>Vencimento</td> </tr> <tr> <td> </td> <td> </td> <td> </td> </tr> </table> | | | | | | Número | PAGAMENTO | Vencimento | | | |
| Número | PAGAMENTO | Vencimento | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

TAXA ADMINISTRAÇÃO - (GERENCIAMENTO DE MANUTENÇÃO - GRUPO: CONVÊNIO Nº 585/2024/PGE-DERADM- FITHA - SERVIÇOS / SUBTOTAL R\$ 8.022,82 / TAXA ADM -R\$ 802,28 / VALOR LÍQUIDO R\$ 7.220,54 / PERÍODO DE FECHAMENTO Janeiro 2025 / EMPENHO: 2714) | | | | | | | | | | | |
| Trib apox R\$: 971,16 Fed, R\$ 0,00 Est e R\$ 0,00 Mun. Fonte: IBPT/RO 1906AA
<div style="text-align: center;">1</div> | | | | | | | | | | | |
| Valor Desconto 0.00 | | Valor Total R\$ 7.220,54 | | | | | | | | | |
| OBSERVAÇÕES

NS:464017


Retenções Federais: Vir. PIS R\$ 0,00 Vir. COFINS R\$ 0,00 Vir. CSLL R\$ 0,00 Vir. IRRF R\$ 0,00 | | | | | | | | | | | |

	CNPJ: 05884660000104 UZZIPAY ADMINISTRADORA DE CONVENIOS LTDA AVENIDA SETE DE SETEMBRO, 2489 - NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS Cidade: PORTO VELHO Fone: 69 32169653 E-mail: no-reply.financeiro@uzzipay.com Site: UZZIPAY CONVENIOS	Inscr. Municipal: 14221708 UF: RO CEP: 76804141	82373	
	TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
	CPF/CNPJ: 03693136000112 Inscrição Municipal:	Inscr. Estadual:	O.S.: 0	
	Nome/Razão Social: SUPER DE GEST DE SUP LOGIST E GAST PUB ESSENC		Placa:	
Endereço: AVENIDA AV FARQUAR, Nº 2986 - PEDRINHAS		Chassi:		
Município: PORTO VELHO	UF: RO CEP: 76801470	Km: 0	Pqto: COMISSAO	
Telefone: 69 32165006	E-mail: gma@hotmail.com	Vend.:		

DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S):		Qtde	Valor Unit.	Valor Total
MANUTENCAO PEÇAS - REFERENTE AO GERENCIAMENTO DE MANUTENÇ		1,0000		3.307,13
MANUTENÇÃO SERVIÇO - REFERENTE AO GERENCIAMENTO DE MANUTEN		1,0000		6.474,47
Trib.unprox R\$: 0,00 Fed. R\$ 0,00 Est.e R\$ 0,00 Mun. Fonte: IPTU/RO F11483				

Valor dos Serviços:	R\$ 0,02	Valor dos Serviços:	R\$ 0,02
(-) Descontos:	R\$ 0,00	(-) Deduções:	R\$ 9781,58
(-) Retenções Federais:	R\$ 0,00	(-) Desconto Incondicionado:	R\$ 0,00
(-) ISS Retido na Fonte:	R\$ 0,00	(-) Base de Cálculo:	R\$ 0,02
(*) Despesas Acessórias:		(x) Alíquota ISS:	5,00%
Valor Líquido:	R\$ 0,02	Valor do ISS	R\$ 0,00
Retenções Federais:			
PIS: R\$ 0,00	COFINS: R\$ 0,00	CSLL: R\$ 0,00	IRRF: R\$ 0,00

• **Nota fiscal – rede credenciada - (0059276982):**

HIDRAULICA RONDONIA LTDA RUA PAU FERRO, 441 - ANEXO 01 - ELDORADO, Porto Velho, RO - CEP: 76811742		DANFE Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica 0 - Entrada 1 - Saída Nº 000.000.612 SÉRIE: 1 Página 1 de 1		CONTROLE DO FISCO  CHAVE DE ACESSO 1125 0434 0426 5800 0188 5500 1000 0006 1210 0000 4800 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 211250008140512 - 08/04/2025 14:44	
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDAS DE MERC ADQ DE TERCEIROS		INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIB.		CNPJ / CPF 34.042.658/0001-88	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 00000005406269		DESTINATÁRIO/REMETENTE		DATA DA EMISSÃO 08/04/2025	
NOME/RAZÃO SOCIAL UZZIPAY ADMINISTRADORA DE CONVENIOS LTDA		BAIRRO/DISTRITO NOSSA SRA DAS GRAÇAS		CEP 76804-141	
ENDEREÇO AV SETE DE SETEMBRO, 2489 -		MUNICÍPIO Porto Velho		UF RO	
FATURA					
CÁLCULO DO IMPOSTO					
BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST	VALOR DO ICMS ST	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	
780,00	152,10	0,00	0,00	780,00	
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	780,00

Para efeito de incidência e cálculo do Imposto de Renda a ser retido no caso em tela é pertinente ressaltar que, dada a natureza da operação de intermediação de negócios, **trata-se de duas incidências distintas** a serem consideradas:

- I - Serviço de intermediação;
- II - Serviço de manutenção e peças;

O Primeiro diz respeito ao serviço de “*gerenciamento, controle e credenciamento de rede especializada em manutenção preventiva e corretiva de veículos, por meio de sistema informatizado*”, o que, no entendimento desta equipe técnica, se configura como intermediação de negócios, **prevista no item 30 do Anexo I da IN nº 34/25/COTES/SEFIN**.

Quanto aos serviços de manutenção e peças, é necessário caracterizar os serviços individualmente para definir a incidência do IR, os quais podem ser classificados nas seguintes hipóteses de incidência:

- a) Serviço sem fornecimento de peças: **Item 34 do Anexo I** de IN nº 34/25;
- b) Fornecimento de peças: **Item 9 do Anexo I** da IN nº 34/35; e
- c) Serviços com fornecimento de peças: **Item 3 do anexo I** da IN nº 34/35.

Especificamente quanto ao item c) acima descrito, é necessário atender aos requisitos necessários, previstos no item 6.6 da IN nº 34/25:

Considera-se para fins desta Instrução Normativa:

I - serviços prestados com emprego de materiais, os serviços cuja prestação envolva o fornecimento pelo contratado de materiais, desde que tais materiais estejam discriminados no contrato ou em planilhas à parte integrante do contrato, e na nota fiscal ou fatura de prestação de serviços;

Quanto à análise dos documentos apresentados pela empresa, para efeito de retenção e recolhimento de imposto de renda essa coordenadoria entende que:

- O documento fiscal dos serviços prestados pela contratada, **os quais entende-se como de intermediação de negócios**, tendo como **emitente** do documento a intermediadora UZZIPAY e como **destinatário** o órgão estadual, deve-se destacar o imposto de renda referente aos serviços próprios, isto é, **restritos aos serviços de “gerenciamento, controle e credenciamento de rede especializada em manutenção preventiva e corretiva de veículos, por meio de sistema informatizado”, ainda que na hipótese de nota fiscal emitida com valor zerado;**
- O documento fiscal dos **serviços prestados pela rede credenciada**, entendidos aqueles de “serviços de manutenção descritos neste termo de referência, assim como o fornecimento de peças, acessórios e materiais, deverá ser realizado por meio de uma rede credenciada, que inclui oficinas multimarcas, centros automotivos, lojas de autopeças e concessionárias”, tendo como **emitente do documento fiscal o prestador do serviço** (rede credenciada) e como destinatário a intermediadora de negócios, **não haverá a retenção de imposto de renda** prevista no art.64 da Lei Federal nº 9.430/96, **por se tratar de relação privada**, que, de acordo com o entendimento desta equipe técnica, não há vínculo jurídico com o Estado de Rondônia.

A partir disso, o imposto de renda a ser retido nos pagamentos realizados à rede credenciada, **será possível através de fatura/relatório a ser fornecido pela intermediadora, UZZIPAY, contendo, no mínimo, as informações individualizadas por contribuinte**, necessárias para a retenção do IR:

- a) Cnpj e nome do prestador do serviço (contribuinte);
- b) Valor bruto a ser pago ao prestador;
- c) Período considerado para apuração do valor cobrado;

d) Imposto de renda a ser retido;

e) Indicação na hipótese de dispensa de retenção do IR, como no caso de contribuinte optante pelo regime de tributação simplificado – Simples Nacional, no momento do pagamento;

É imperioso ressaltar que o objeto da contratação do serviço em questão, outrora **foi objeto de manifestação jurídica pela Procuradoria Geral do Estado**, quanto à incidência do Imposto de Renda, através do parecer nº 36 (0039203588), o qual fundamenta que, na forma que o contrato foi realizado, fica afastada a possibilidade de caracterização de intermediação de negócios, conforme a seguir:

Assim, é possível observar a necessidade de diferenciar 02 (dois) serviços advindos do mesmo contrato, quais sejam (i) o serviço de “facilitação” da contratação dos demais serviços e (ii) o efetivo serviço de manutenção de veículos.

Em relação ao serviço prestado pela contratada, pode-se dizer que, embora seja um contrato inominado, este se aproxima do contrato de corretagem, nos termos da norma do artigo 722 do Código Civil. Nesse diapasão, inclusive, a melhor Doutrina promove salutar distinção entre a corretagem e a mera prestação de serviços, o que é bastante útil ao caso em análise.

A única incumbência do mediador é a de aproximar as partes, e, após essa aproximação, deverá o mediador deixar que os interessados concluem o negócio jurídico, por si, ou por meio de seus respectivos procuradores, ao passo que “o corretor exerce uma profissão não restrita somente à aproximação, mas de encaminhamento total das questões relativas ao negócio” (MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. Tratado de Direito Privado, São Paulo: RT, 2012, Volume 43, p. 242).

Ainda conforme Pontes de Miranda,

“a função de corretor é mais intensa do que a de mediador. O corretor faz comunicações de conhecimento aos clientes, quanto à conclusão do negócio jurídico. Não representa, nem apresenta, nem só medeia (...) o corretor “aproxima, estimula, convence, afasta dúvidas e dificuldades” (Ob. cit., Volume 43, p. 242).

[...]

No caso, verifica-se que, embora o agente público escolha entre orçamentos apresentados dentro do sistema de gerenciamento, a própria empresa gerenciadora contratada é quem contrata o serviço de manutenção junto à empresa credenciada.

Sendo assim, os serviços prestados pela empresa contratada distanciam-se da mera função de intermediação de compra ou, até mesmo, da simples instituição de arranjo de pagamento entre o interessado pelo serviço final (Estado) e o fornecedor do serviço final (oficina). Com efeito, a contratada atua efetivamente no negócio jurídico final (contratação do serviço de manutenção).

Sendo assim, **recomenda-se nova análise jurídica sobre a contratação, quanto ao entendimento legal do negócio.**

2.1. **Outros apontamentos - Sugestão de previsão contratual.**

Necessidade de informação nos relatórios a serem disponibilizados:

- Incluir a responsabilidade de destaque do imposto de renda nos pagamentos a serem realizados para cada prestação dos serviços prestados, contendo o valor devido e o Imposto de renda destacado;
- A indicação, na hipótese de o prestador de serviço ser optante pelo regime de tributação simplificado - Simples Nacional, ou qualquer outro caso de isenção ou imunidade;
- Informação, no campo de informações complementares ou outras informações do documento fiscal emitido pela UZZIPAY, de que a taxa de administração é zerada

3. **DA CONCLUSÃO**

Esta coordenadoria entende, a partir dos modelos de documentos fiscais apresentados, que a nota fiscal 0059229579, tendo como emitente a UZZIPAY, em relação aos serviços de gerenciamento, e a nota fiscal 0059276990 tendo como emitente o prestador de serviço da rede credenciada e como destinatário a UZZIPAY estão em harmonia com a legislação do Imposto de renda, por se tratar da hipótese de intermediação de negócio, enquanto a retenção do imposto deverá ser realizada a partir de relatório/fatura anexos ao documento fiscal contendo as informações necessárias para o cálculo e retenção do imposto de renda.

Todavia, considerando os aspectos jurídicos envolvidos, **sugerimos** que a situação seja submetida à análise da Procuradoria Geral do Estado, a fim de que se **manifeste quanto ao enquadramento da empresa contratada na hipótese jurídica de intermediação de negócios.**

MARIA LORENE LEMOS NASCIMENTO

Assessora - COTES/SEFIN

RONALDO APARECIDO AVANZI

Analista Tributário da Receita Estadual

LUCAS CÚRCIO VIEIRA

Auditor Fiscal de Tributos Estaduais



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Cúrcio Vieira**, Auditor(a), em 15/04/2025, às 12:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Aparecido Avanzi**, Analista Tributário da Receita Estadual, em 15/04/2025, às 13:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Lorene Lemos Nascimento, Assessor(a)**, em 15/04/2025, às 13:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0059327168** e o código CRC **9DF22747**.

Referência: Caso responda esta Nota Técnica, indicar expressamente o Processo nº 0042.001608/2025-21

SEI nº 0059327168